



# NEOENERGIA BIGUAÇU

## Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

---

### SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A .....	2
1.1. Estrutura Societária.....	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL .....	2
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO.....	3
3.1. Subestação em operação .....	3
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA .....	3
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	3
5.1. Resultado Econômico Financeiro .....	3
DISCLAIMER.....	4

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

### 1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

#### 1.1. Estrutura Societária

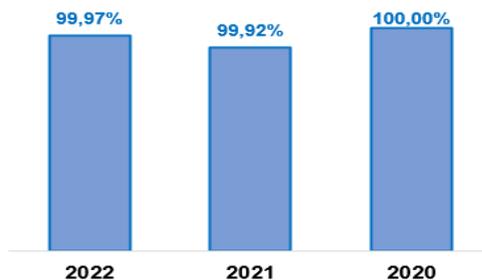
Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 2022, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,97% (99,92% em 2021). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2022, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

#### 3.1. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	-	525kV	-	11/02/2021	11/08/2047

### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Companhia iniciou sua operação comercial em julho de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2022/2023 é de R\$17.661 mil (2021/2022 é de R\$15.297 mil), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Subestação em Operação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	100	17.661	17.661	2023	Junho	IPCA

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

#### 5.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2022	2021	Variação	
			R\$	%
( + ) Receita líquida	23.833	19.361	4.472	23%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>23.833</b>	<b>19.361</b>	<b>4.472</b>	<b>23%</b>
( + ) Custo de operação	(1.458)	(1.407)	(51)	4%
( + ) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(659)	(521)	(138)	26%
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(2.117)</b>	<b>(1.928)</b>	<b>(189)</b>	<b>10%</b>
( - ) PECLD	(6)	(15)	9	-60%
<b>EBITDA</b>	<b>21.710</b>	<b>17.418</b>	<b>4.292</b>	<b>25%</b>
( - ) Depreciação	(14)	(13)	(1)	8%
( - ) Resultado Financeiro	877	56	821	1466%
( - ) IR/CS	(4.615)	(3.654)	(961)	26%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>17.958</b>	<b>13.807</b>	<b>4.151</b>	<b>30%</b>

A margem bruta da Companhia e as despesas operacionais no ano alcançaram R\$ 23.833 mil, 23% vs. 2021 e -R\$2.117 mil, -10% vs. 2021, respectivamente, explicadas principalmente pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 21.710 mil, aumento de 25%, em relação ao ano de 2021.

O resultado financeiro foi positivo em R\$ 877 mil em 2022 contra R\$56 em 2021, reflexo da receita com aplicações financeiras, impactada diretamente pelo aumento do CDI em 2022.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2022 de R\$ 17.958 mil, um aumento de 30% em relação ao ano anterior.

## DISCLAIMER

---

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Biguaçu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Biguaçu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Biguaçu.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Biguaçu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

*Valores correspondentes ao exercício anterior*

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2023

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

## Sumário

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL .....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	12
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	13
5. RESULTADO FINANCEIRO.....	14
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS .....	14
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	16
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	17
9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL).....	18
10. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	19
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	19
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	21
13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	23

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>23.833</b>	<b>19.361</b>
<b>Custos de operação</b>		<b>(1.465)</b>	<b>(1.414)</b>
Custos de operação	<b>4</b>	(1.465)	(1.414)
<b>Lucro bruto</b>		<b>22.368</b>	<b>17.947</b>
Perdas de crédito esperadas		(6)	(15)
Despesas gerais e administrativas	<b>4</b>	(666)	(527)
<b>Lucro operacional</b>		<b>21.696</b>	<b>17.405</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	<b>5</b>	623	180
Despesas financeiras	<b>5</b>	(33)	(119)
Outros resultados financeiros, líquidos	<b>5</b>	287	(5)
		<b>877</b>	<b>56</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>22.573</b>	<b>17.461</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(4.615)</b>	<b>(3.654)</b>
Diferido	<b>6.1.1</b>	(4.615)	(3.654)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>17.958</b>	<b>13.807</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$:</b>	<b>11.2</b>	<b>0,19</b>	<b>0,15</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.958</b>	<b>13.807</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>17.958</u></b>	<b><u>13.807</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.958</b>	<b>13.807</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	14	13
Tributos sobre o lucro	4.615	3.654
Resultado financeiro, líquido	(877)	(56)
<b>Variações de ativos e passivos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(237)	(51)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(8.353)	(5.202)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(42)	(2.055)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(54)	(45)
Outros tributos e encargos setoriais a recuperar (recolher), líquidos	230	91
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	-	(5)
Outros ativos e passivos, líquidos	(927)	(233)
<b>Caixa líquido proveniente das operações</b>	<b>12.327</b>	<b>9.918</b>
Rendimento de aplicação financeira recebidos	659	146
Tributos sobre o lucro pagos	(1.380)	(2.157)
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>11.606</b>	<b>7.907</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(373)	(224)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(373)</b>	<b>(224)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Remuneração paga ao acionista	(6.393)	(8.258)
<b>Caixa consumido das atividades de financiamento</b>	<b>(6.393)</b>	<b>(8.258)</b>
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.840</b>	<b>(575)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.108	2.683
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>6.948</b>	<b>2.108</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>7</b>	6.948	2.108
Contas a receber de clientes e outros	<b>8</b>	1.891	1.653
Tributos sobre o lucro a recuperar	<b>6.1.3</b>	3.605	3.103
Outros tributos a recuperar		3	5
Concessão do serviço público (ativo contratual)	<b>9</b>	16.164	14.953
Outros ativos		67	66
<b>Total do circulante</b>		<b>28.678</b>	<b>21.888</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar	<b>6.1.3</b>	2	-
Depósitos judiciais	<b>10</b>	90	83
Concessão do serviço público (ativo contratual)	<b>9</b>	189.996	182.854
Imobilizado		683	320
Intangível		-	4
<b>Total do não circulante</b>		<b>190.771</b>	<b>183.261</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>219.449</b>	<b>205.149</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		744	1.073
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		92	146
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	<b>6.2</b>	1.126	1.213
Dividendos e juros sobre capital próprio	<b>11.2</b>	20.669	6.412
Outros passivos		46	944
<b>Total do circulante</b>		<b>22.677</b>	<b>9.788</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	<b>6.2</b>	19.187	18.353
Tributos sobre o lucro diferidos	<b>6.1.2</b>	36.068	31.453
Provisões	<b>10</b>	98	87
Outros passivos		8	15
<b>Total do não circulante</b>		<b>55.361</b>	<b>49.908</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>11</b>		
Atribuído ao acionista da Companhia		141.411	145.453
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>141.411</b>	<b>145.453</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>219.449</b>	<b>205.149</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros a realizar</b>	<b>Reserva especial de dividendos não distribuídos</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Proposta de dividendos adicionais</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>91.242</b>	<b>3.508</b>	<b>43.703</b>	-	-	<b>7.000</b>	<b>145.453</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(6.000)	-	-	(7.000)	(13.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.958	-	17.958
<b>Destinação do lucro (nota 11.2):</b>	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	898	-	-	(898)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.000)	-	(9.000)
Reserva especial de dividendos	-	-	-	8.060	(8.060)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>91.242</b>	<b>4.406</b>	<b>37.703</b>	<b>8.060</b>	-	-	<b>141.411</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>91.242</b>	<b>2.818</b>	<b>47.299</b>	-	-	<b>3.558</b>	<b>144.917</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(3.000)	-	-	(3.558)	(6.558)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.807	-	13.807
<b>Destinação do lucro (nota 11.2):</b>	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	690	-	-	(690)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.713)	-	(6.713)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(7.000)	7.000	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	(596)	-	596	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>91.242</b>	<b>3.508</b>	<b>43.703</b>	-	-	<b>7.000</b>	<b>145.453</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2022/2023 é de R\$17.661 (R\$15.297 para o ciclo 2021/2022), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/07/2017.

### **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais**

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

#### **1.1.1. Gestão de riscos financeiros**

##### **Considerações gerais e políticas internas**

A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *Hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *Hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *Hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *Hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *Hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

<b>Riscos</b>	<b>Origem da exposição</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

### **1.1.2. Gestão de risco de mercado**

#### **Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### **Risco de inflação**

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

### **1.1.3. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

#### **1.1.4. Risco de solvência**

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

#### **1.1.5. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

#### **Risco de crédito de contrapartes comerciais**

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

#### **Risco de crédito de instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's e Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

<b>Ratings de longo prazo em escala nacional</b>	<b>Moody's</b>	<b>Fitch</b>
Banco do Brasil	-	AA
Banco Itaú	AAA	AAA

## **1.2. Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2022 a 30/05/2023	100.000
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2022 a 30/05/2023	56.383

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## **2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 01 de fevereiro de 2023.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

<b>Nota</b>	<b>Estimativas e julgamentos significativos</b>
6.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
8.1	Perdas de crédito esperadas
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
10	Provisão para processos judiciais
13.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

## 2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

### a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Data de vigência</b>
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Data de vigência</b>
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Remuneração do ativo contratual	21.280	20.459
Remuneração de operação e manutenção	2.763	2.871
Ganho (perda) na RAP <sup>(1)</sup>	2.496	(1.771)
<b>Total receita bruta</b>	<b>26.539</b>	<b>21.559</b>
(-) Deduções da receita bruta	(2.706)	(2.198)
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>23.833</b>	<b>19.361</b>

(1) A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

**3.1. Deduções da receita bruta**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Tributos gerais</b>		
PIS e Cofins correntes	(1.682)	(1.513)
PIS e Cofins diferidos	(773)	(481)
	<b>(2.455)</b>	<b>(1.994)</b>
<b>Encargos setoriais</b>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(160)	(146)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(91)	(58)
	<b>(251)</b>	<b>(204)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.706)</b>	<b>(2.198)</b>

**3.2. Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos;

II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,0%a.a. e 11,5%a.a.

#### 4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022		
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(522)	(235)	(757)
Serviços de terceiros	(749)	(192)	(941)
Depreciação e amortização	(7)	(7)	(14)
Impostos, taxas e contribuições	(10)	(3)	(13)
Despesas de viagem	(12)	(118)	(130)
Propaganda e publicidade	-	(44)	(44)
Outras receitas e despesas, líquidas	(165)	(67)	(232)
<b>Total</b>	<b>(1.465)</b>	<b>(666)</b>	<b>(2.131)</b>

	2021		
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(637)	(165)	(802)
Material	(810)	(122)	(932)
Serviços de terceiros	(7)	(6)	(13)
Depreciação e amortização	-	(77)	(77)
Impostos, taxas e contribuições	(12)	-	(12)
Despesas de viagem	(8)	(53)	(61)
Propaganda e publicidade	-	(25)	(25)
Outras receitas e despesas, líquidas	60	(79)	(19)
<b>Total</b>	<b>(1.414)</b>	<b>(527)</b>	<b>(1.941)</b>

## 5. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	659	146
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(45)	(11)
Outras receitas financeiras	9	45
	<b>623</b>	<b>180</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização de provisões para processos judiciais	(11)	(10)
Outras despesas financeiras	(22)	(109)
	<b>(33)</b>	<b>(119)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(18)	(42)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	305	37
	<b>287</b>	<b>(5)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>877</b>	<b>56</b>

## 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

### 6.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>22.573</b>	<b>17.461</b>
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.675)	(5.937)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	3.060	2.283
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(4.615)</b>	<b>(3.654)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>20%</b>	<b>21%</b>
Diferido	(4.615)	(3.654)

#### 6.1.2. Tributos diferidos

	IR/CSLL	
	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Provisão participação nos lucros e resultados	11	102
Prejuízo fiscal e base negativa	260	121
Outros	92	3.065
<b>Total diferenças temporárias – ativo</b>	<b>363</b>	<b>3.288</b>
<b>Passivo</b>		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(36.431)	(34.741)
<b>Total diferenças temporárias – passivo</b>	<b>(36.431)</b>	<b>(34.741)</b>
<b>Tributos sobre o lucro diferidos passivo, líquido</b>	<b>(36.068)</b>	<b>(31.453)</b>

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(31.453)</b>	<b>(27.799)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(4.615)	(3.654)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(36.068)</b>	<b>(31.453)</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	<u>2022</u>
Ativo fiscal diferido	363

### 6.1.3. Tributos correntes ativos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda – IR	3.023	2.316
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	584	787
<b>Tributo sobre o lucro a recuperar</b>	<b>3.607</b>	<b>3.103</b>
Ativo circulante	3.605	3.103
Ativo não circulante	2	-

### 6.1.4. Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

## 6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Outros tributos</b>		
Programa de integração social – PIS <sup>(1)</sup>	3.429	3.286
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS <sup>(1)</sup>	15.797	15.133
Outros	945	1.056
	<b>20.171</b>	<b>19.475</b>
<b>Encargos setoriais a recolher</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	117	56
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2	10
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	17	20
Ministério de Minas e Energia – MME	6	5
	<b>142</b>	<b>91</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>20.313</b>	<b>19.566</b>
Circulante	1.126	1.213
Não circulante	19.187	18.353

<sup>(1)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	196	85
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	851
Fundos de investimento	6.752	1.172
	<b>6.948</b>	<b>2.108</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

<b>Carteira</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	6.752	1.172
CDB	-	851
	<b>6.752</b>	<b>2.023</b>

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022			2021		
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber líquidos	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber líquidos
Concessionárias	1.927	(36)	1.891	1.683	(30)	1.653
	<b>1.927</b>	<b>(36)</b>	<b>1.891</b>	<b>1.683</b>	<b>(30)</b>	<b>1.653</b>

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	1.895	(14)	1.659	(13)
<b>Saldos vencidos:</b>				
90 dias	6	(1)	3	(1)
entre 91 e 180 dias	4	(2)	1	-
entre 181 e 365 dias	22	(19)	20	(16)
	<b>1.927</b>	<b>(36)</b>	<b>1.683</b>	<b>(30)</b>

### 8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(30)</b>	<b>(15)</b>
Adições	(10)	(15)
Reversões	4	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(36)</b>	<b>(30)</b>

### 8.2. Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 13.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

## 9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b><u>206.160</u></b>	<b><u>197.807</u></b>
Ativo circulante	16.164	14.953
Ativo não circulante	189.996	182.854

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>197.807</b>	<b>192.605</b>
Remuneração do ativo contratual	21.280	20.459
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(15.185)	(14.261)
Adições e remensuração do ativo contratual	2.258	-
Baixas	-	(996)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b><u>206.160</u></b>	<b><u>197.807</u></b>

### 9.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

## 10. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para processos judiciais trabalhistas	98	87
	<u>98</u>	<u>87</u>

### 10.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

#### a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>87</b>	-
Adições e reversões, líquidas	-	77
Atualizações monetárias	11	10
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>98</b>	<b>87</b>

#### b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos trabalhistas	90	83
	<u>90</u>	<u>83</u>

### 10.2. Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$91.242, sendo R\$94.144 subscrito e R\$2.902 a integralizar, dividido em 94.143.690 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Acionista	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	94.144	100%	91.242
<b>Total</b>	<b>94.144</b>	<b>100%</b>	<b>91.242</b>

## 11.2. Lucro por ação e remuneração do acionista

### a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.958</b>	<b>13.807</b>
Média ponderada de ações em poder do acionista	94.144	94.144
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b>0,19</b>	<b>0,15</b>

### b) Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.958</b>	<b>13.807</b>
Reserva legal	(898)	(690)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	596
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>17.060</b>	<b>13.713</b>
Destinação da reserva especial de dividendos não distribuídos	(8.060)	-
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>9.000</b>	<b>13.713</b>
<b>Remuneração</b>		
Mínima obrigatória	4.265	3.428
Remuneração adicional	4.735	10.285
	<b>9.000</b>	<b>13.713</b>
<b>Natureza da remuneração:</b>		
Juros sobre capital próprio (compõe o dividendo mínimo obrigatório)	9.000	6.713
Dividendos	-	7.000
	<b>9.000</b>	<b>13.713</b>
<b>Remuneração total por ação</b>	<b>0,10</b>	<b>0,15</b>

Os valores pagos ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
<b>2022</b>			
AGO de 29 de abril de 2022	Dividendos adicionais	7.000	0,07
AGE de 16 de junho de 2022	Juros sobre capital próprio	3.000	0,03
AGE de 27 de dezembro de 2022	Juros sobre capital próprio	6.000	0,06
		<b>16.000</b>	<b>0,16</b>
<b>2021</b>			
AGO de 27 de abril de 2021	Juros sobre capital próprio	1.700	0,02
AGO de 27 de abril de 2021	Dividendos adicionais	3.558	0,04
AGO de 27 de abril de 2021	Realização de reserva de lucro	3.000	0,03
		<b>8.258</b>	<b>0,09</b>

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo em 1º janeiro</b>	<b>6.412</b>	<b>2.408</b>
Dividendos declarados <sup>(1)</sup>	13.000	6.558
Juros sobre capital próprio declarados <sup>(2)</sup>	9.000	6.713
Imposto de renda retido na fonte	(1.350)	(1.009)
Pagos no exercício	(6.393)	(8.258)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>20.669</b>	<b>6.412</b>

(1) Em abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$7.000, e; (ii) a transferência de R\$6.000 da conta de reserva de lucros a realizar para a conta de reserva de lucros, bem como a distribuição de dividendos deste mesmo valor, totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$13.000, a serem pagos até 31 de dezembro de 2023.

Em abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$3.558, e; (ii) a transferência de R\$3.000 da conta de reserva de lucros a realizar para a conta de reserva de lucros, bem como a distribuição de dividendos deste mesmo valor, totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$6.558, pagos nos meses de outubro e dezembro de 2021.

(2) Em junho e dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado juros sobre o capital próprio no montante de R\$6.000 a serem pagos até 31 de dezembro de 2023.

Em dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado juros sobre o capital próprio no montante de R\$6.713 a serem pagos até 31 de dezembro de 2022.

### 11.3. Reservas de lucros

#### a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

#### b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista.

#### c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

### 11.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

## 12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

### 12.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Contas a receber e outros <sup>(a)</sup>	250	227
Compartilhamento de pessoal <sup>(b)</sup>	16	8
	<b>266</b>	<b>235</b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e contas a pagar	83	83
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar <sup>(d)</sup>	20.669	6.412
Compartilhamento de pessoal <sup>(c)</sup>	20	37
	<b>20.772</b>	<b>6.532</b>

### 12.2. Transações com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
<b>Resultado do exercício</b>		
Receita operacional líquida <sup>(a)</sup>	2.397	2.162
Custos dos serviços <sup>(b)</sup>	(510)	(304)
Despesas gerais e administrativas <sup>(c)</sup>	(235)	(165)
	<b>1.652</b>	<b>1.693</b>

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contrato de conexão ao sistema de transmissão (TUST), com vigência até 2047, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA.
- Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M.
- Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia.
- Dividendos a serem pagos pela Companhia.

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 anos	2047	65	747
(a)	Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2047	60	(491)
(a)	Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2047	44	(355)
(a)	Celpe	TUST	IPCA	25 anos	2047	33	(263)
(b)	Elektro O&M	Serviços de O&M	IPCA	5 Anos	2026	(83)	510

### 12.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

### 13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 13.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	196	6.752	936	1.172
Contas a receber de clientes e outros	1.927	-	1.683	-
Outros ativos financeiros	16	-	8	-
	<b>2.139</b>	<b>6.752</b>	<b>2.627</b>	<b>1.172</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	744	-	1.073	-
Outros passivos financeiros	47	-	945	-
	<b>791</b>	<b>-</b>	<b>2.018</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

#### 13.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 13.6 – análise de sensibilidade.

#### 13.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022	2021
	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.752	1.172
	<b>6.752</b>	<b>1.172</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

#### **13.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)**

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

#### **13.5. Política contábil**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

##### **(i) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

##### **(ii) Passivo financeiro**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

#### **13.6. Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Indexador</b>	<b>Risco</b>	<b>Taxa no exercício</b>	<b>Exposição (Saldo/ Ncional)</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Impacto Cenário (II)</b>	<b>Impacto Cenário (III)</b>
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	6.752	924	(139)	(277)

---

## **MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Fabiano Uchoas Ribeiro  
**Diretor**

Luciana Maximino Maia  
**Diretora**

**CONTADOR**  
Tiago Donatti Furigo  
CRC-SP-338760/O-6